

Especialização em Gestão Pública **12ª edição (2018-2020)**

Projeto Pedagógico

Brasília - DF
Julho de 2018

Escola Nacional de Administração Pública

SAIS – Área 2-A

70610-900 - Brasília – DF

Telefone: (61) 2020-3000

Esteves Pedro Colnago Júnior

Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Francisco Gaetani

Presidente da Escola Nacional de Administração Pública

Iara Cristina da Silva Alves

Diretora de Formação Profissional

Rodrigo Torres de Araujo Lima

Coordenador-Geral de Especialização

Equipe: Bruna Danielly da Paz Tenório

Carlos Eduardo Alves da Silva Eliane

dos Santos Luz Juliana Mota Loureiro

Marcelo de Souza Rodrigues Machado

Rachel Pereira Dorneles Renata Regina

Cerri Scarpim Thais de Oliveira

Estagiária: Hellen Cristina Ribeiro

Bastos

FAB – Força Aérea Brasileira

Projeto Pedagógico do Curso

1 INTRODUÇÃO

A Especialização em Gestão Pública é um curso de pós-graduação *lato sensu* oferecido pela Enap desde 2002. Objetiva contribuir para a melhoria da gestão pública, promovendo a formação profissional dos servidores públicos e servidoras públicas do Poder Executivo federal, para fazer frente à necessidade dos órgãos públicos de dotarem seus quadros de competências de gestão cada vez mais complexas, com novos arranjos organizacionais e constante inovação na formulação e implementação das políticas públicas e ampliação crescente da qualidade dos serviços públicos.

O curso foi concebido de forma a aproximar os(as) participantes das questões concretas da prática governamental, com estratégias de ensino teórico-aplicado, por meio de instrumentos didático-pedagógicos que facilitem a apropriação da realidade, sua análise e o enfrentamento de problemas.

Considerando a tradição e o reconhecimento que a Especialização em Gestão Pública possui no âmbito da administração pública federal, esta nova edição mantém as bases sobre as quais foi originalmente concebida – a profissionalização em gestão pública – e amplia a oportunidade de aquisição e aprofundamento de conhecimentos em novas áreas.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso: Especialização em Gestão Pública 12ª edição

Certificação conferida: Especialista em Gestão Pública

Modalidade: presencial

Duração: 16 meses

Área de Conhecimento: administração pública

Número de vagas oferecidas: 40

Ano e período letivo de início de funcionamento do curso: setembro/2018

3. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar servidores públicos e servidoras públicas para atuarem como agentes da melhoria da gestão pública, desenvolvendo competências para liderar, articular, gerir e pensar a ação governamental de forma estratégica e inovadora, considerando os desafios e as perspectivas da administração pública federal, para o aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade, em suas respectivas áreas de atuação.

3.3 Competências a serem desenvolvidas:

- **Liderar:** mobilizar os atores para realização dos objetivos institucionais e dos projetos e programas definidos, em especial por meio de negociação, comunicação, articulação, iniciativa, gestão de conflitos e de pessoas.
- **Articular:** capacidade para identificar e estabelecer parcerias e alianças com os atores sociais e políticos relevantes, de forma democrática, construindo a governabilidade necessária ao alcance dos resultados pretendidos.
- **Gerir:** viabilizar a execução de planos estratégicos definidos pela instituição, por intermédio das necessárias negociações, resoluções de problemas e ajustes no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos sob sua responsabilidade, orientada por princípios éticos e de responsabilidade e com foco em resultados.
- **Pensar de forma estratégica:** tecer diretrizes estratégicas para o futuro da organização, tendo por base elementos de características históricas, contexto político-econômico e social prospectados em análises de cenários, que contribuam para a consolidação e inovação das políticas de governo.
- **Pensar de forma inovadora:** desenvolver e implementar novas ideias de modo a provocar mudanças que gerem valor dentro de um contexto institucional.

4 PÚBLICO-ALVO

O curso é dirigido a agentes públicos que atuam ou tenham potencial para atuar como dirigentes na Administração Pública Federal.

5. CARGA HORÁRIA

A carga horária total do curso é de 378 horas, a ser cursada em até 16 meses. A Enap poderá oferecer até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância (EAD). Também poderão ser oferecidas disciplinas no âmbito dos acordos de cooperação mantidos pela Enap com outras instituições nacionais ou estrangeiras.

Além da carga horária acima, o alunado terá o prazo de 120 dias para entrega do trabalho de conclusão do curso - TCC.

A carga horária semanal de aulas é de nove horas, distribuídas em dois dias da seguinte forma: quarta-feira no período noturno (das 19h às 22h) e sexta-feira nos períodos matutino e vespertino (das 9h às 12h e das 14h às 17h).

A programação do curso contempla duas disciplinas em horários diferentes das demais, a saber:

- Oficina de Liderança e Comunicação – imersão com carga horária de 18h, distribuídas em 3 dias consecutivos de 6 horas cada, no início do curso, das 09h às 12h e das 14h às 17h.
- Visitas Técnicas – com carga horária de 12h, distribuídas em dois dias, para realização de trabalho de campo em órgãos da administração pública. Essa

6. PROCESSO SELETIVO

Para ingresso no curso, as pessoas que se candidataram deverão ser aprovadas em processo seletivo, dentro do número de vagas ofertadas, que contempla três etapas consecutivas:

- I. análise curricular;
- II. análise de memorial; e
- III. entrevista.

O processo seletivo será conduzido por comissão de seleção integrada por profissionais da Enap e especialistas contratados(as) para esse fim.

7. VAGAS

Serão ofertadas quarenta vagas, sendo vinte vagas reservadas para a Força Aérea Brasileira e vinte vagas para os demais órgãos e entidades do governo federal.

Serão chamados para ocupar as quarenta vagas do curso os(as) candidatos(as) classificados(as), dentro do número de vagas, em processo seletivo, nos termos definidos no edital do processo seletivo do curso.

8. INVESTIMENTO

O curso será realizado sem ônus para oficiais das forças armadas, servidores públicos e servidoras públicas federais ocupantes de cargo efetivo ou ocupantes de empregos públicos federais concursados que integrem quadro de pessoal de entidades federais que recebam recursos da União para pagamentos de despesas de pessoal.

Pessoas ocupantes de empregos públicos federais concursadas que façam parte dos quadros de entidades federais que não recebam recursos da União para pagamento de despesas de pessoal deverão arcar com os custos do curso da especialização, conforme edital do processo seletivo do curso.

9. REQUISITOS PARA INGRESSO NO CURSO

São requisitos para ingresso nos cursos:

- I. Ter diploma de graduação em curso superior reconhecido pelo MEC; Ser servidor
- II. público ou servidora pública federal ocupante de cargo efetivo, ocupantes de emprego público federal por meio de concurso ou oficial das forças armadas;
- III. Ser aprovado(a) em processo seletivo conduzido pela Enap ou pela FAB;
- IV. Não estar cursando outro programa de pós-graduação da Enap; e
- V. Apresentar os documentos necessários para a efetivação da matrícula, conforme definido em edital específico do processo seletivo.

10. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Gestão Pública tem como foco o papel profissional de

dirigentes na gestão das organizações públicas. Nesse sentido, a Enap busca contribuir para que os servidores/profissionais públicos desenvolvam competências na ação governamental, comprometidos não só com a eficiência técnica, mas com o significado social do seu papel e com as consequências e as implicações ético-políticas de suas intervenções.

O pressuposto metodológico da competência no desenvolvimento profissional torna insuficiente o modelo da transmissão de conteúdos. Sendo a competência fruto da vivência, os processos pedagógicos orientam-se para a aprendizagem significativa e contextualizada, pela prática e para a prática.

Assim, a Enap adota a metodologia de aprendizagem do ensino-aplicação para a organização dos programas e definição das estratégias didático-pedagógicas. O ensino-aplicação, metodologia de aprendizagem inspirada no construtivismo educacional, consiste em promover a aprendizagem por meio da aproximação dos alunos, sujeitos de seu aprendizado, às questões e situações concretas da prática governamental, incorporando os saberes que dispõem em função de sua vivência.

O alunado é levado a analisar, a compreender, a distinguir, a avaliar, utilizando-se de ferramentas de análise, os conceitos e preceitos da administração pública e do seu papel profissional, para (re)elaborar conhecimento sobre o contexto complexo da ação governamental e decidir sobre como agir e interagir em situações concretas.

Para o alcance desses objetivos pedagógicos, várias são as estratégias didáticas: simulações, estudos de caso, oficinas, pesquisas de campo, visitas técnicas, projetos de intervenção, exposição dialogada, perguntas orientadoras, entre outras que estimulem o pensamento reflexivo e crítico. Utiliza-se a diversificação de estratégias didático-pedagógicas dentro de um mesmo programa ou componente curricular, em respeito aos diferentes estilos de aprendizagem; bem como a combinação da aprendizagem individual com a aprendizagem coletiva, por meio de atividades em grupo que favoreçam a troca de experiências. O professor especialista torna-se antes um facilitador do aprendizado.

Cabe destacar, para este Curso de Especialização, o recurso aos estudos de caso, desenvolvidos pelos docentes ou selecionados na Casoteca de Gestão Pública da Enap, utilizados para promover a visão integrada das diversas dimensões da gestão, tomando como base as situações concretas. Além disso, serão promovidas visitas técnicas para análise de aspectos da gestão de programas governamentais em órgãos da administração pública.

Ao longo do curso, serão realizadas palestras sobre temas atuais da agenda governamental e painéis de diálogo com dirigentes acerca dos desafios do exercício da liderança nos principais processos de gestão, com o intuito de criar um ambiente propício ao debate e à reflexão sobre os conteúdos aprendidos.

Em cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de estratégias variadas, como provas, trabalhos, estudos de caso, exercícios e outros. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, conforme as normas definidas no Regulamento e de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Especialização.

11. AVALIAÇÃO

Em cada disciplina, o aproveitamento dos alunos será mensurado por meio de estratégias variadas, como provas, trabalhos, estudos de caso, exercícios e outros. Ao término do curso, o aluno deverá entregar um trabalho de conclusão, conforme as normas definidas no Regulamento e de acordo com as orientações da Coordenação-Geral de Especialização.

12. TITULAÇÃO

O título a ser conferido ao(à) concluinte do curso será o de Especialista em Gestão Pública.

Para obtenção do título é necessário que o aluno cumpra todas as exigências relativas à frequência, avaliação e aprovação no trabalho de conclusão do curso, definidas nos documentos orientadores e nos normativos - projeto pedagógico, regulamento e edital de seleção.

13. ESTRUTURA CURRICULAR

Os conteúdos e atividades do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo:

Disciplina	CH
D.1 - Liderança e Comunicação (imersão)	18
D.2 - Estado Brasileiro e suas Transformações	18
D.3 - Gestão Pública Contemporânea	27
D.4 - Análise de Políticas Públicas	27
D.5 - Fundamentos do Direito Público	18
D.6 – Governança e Arranjos Institucionais	27
D.7 – Inovação no setor público	27
D.8 - Planejamento e Gestão Estratégica	27
D.9 - Orçamento e Finanças Públicas	27
D.10 - Gestão Estratégica de Pessoas	27
D.11 – Gestão da Tecnologia da Informação e Governo	18
D.12 – Arquitetura e Desempenho Organizacional	27
D.13 – Gestão de Projetos	18
D.14 – Gestão por Processos	18
D.15 - Metodologia de Pesquisa	27
D.16 - Práticas de Gestão Pública	27
CARGA HORÁRIA TOTAL	378

14. OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM DAS DISCIPLINAS

D.1 – Liderança e Comunicação

Aplicar as competências relacionadas à liderança no serviço público e compreender: o papel dos valores e da ética na prática do líder-servidor; a necessidade de construção de comunidades no ambiente de trabalho; a relevância do líder comunicador e agente de mudanças; bem como a importância do autoconhecimento do líder para o desenvolvimento de sua equipe e de sua missão institucional.

D.2 – Estado Brasileiro e suas Transformações

Compreender as principais dimensões que definem o papel e as capacidades do Estado na sociedade contemporânea, as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre Estado e sociedade, as dimensões estruturais de atuação dos Estados nas sociedades contemporâneas, assim como as principais macroinstituições que compõem o Estado e o sistema político brasileiro pós-Constituição de 1988.

D.3 – Gestão Pública Contemporânea

Identificar os determinantes históricos da constituição e desenvolvimento da administração pública brasileira, com foco em suas principais reformas e desafios contemporâneos; compreender os principais modelos de gestão pública e sua evolução; bem como identificar as tendências no direito público brasileiro e sua repercussão no modo de organização da administração pública.

D.4 – Análise de Políticas Públicas

Entender o conceito de política pública (*policy*), seus tipos e relações com os processos políticos (*politics*); distinguir as principais perspectivas teóricas e modelos de análise no campo; identificar e problematizar as etapas do ciclo das políticas públicas; discutir aspectos relacionados à continuidade e mudança das políticas públicas; mapear instrumentos e processos de articulação e coordenação na construção e análise de arranjos institucionais e avaliar suas implicações sobre a implementação e o desempenho de políticas públicas; e compreender os desafios da produção de políticas públicas no Brasil contemporâneo.

D.5 - Fundamentos do Direito Público

Identificar os principais marcos legais do direito público brasileiro por uma perspectiva instrumental, que instigue e capacite o diálogo com o Direito e seus profissionais na prática da gestão pública; distinguir os recentes debates sobre tendências no direito público brasileiro e suas reformas, com direta repercussão no modo de organização da administração pública brasileira.

D.6 - Governança e Arranjos Institucionais

Compreender a emergência da ideia de “governança” e suas implicações para os debates sobre a atuação do Estado e a gestão de políticas públicas; analisar a produção de políticas

públicas em ambientes político-institucionais complexos (envolvendo relações federativas, participação social, parcerias público-privado, controle interno e externo, relações com os poderes Legislativo e Judiciário), a partir da abordagem dos arranjos institucionais; mapear arranjos institucionais e avaliar as capacidades estatais produzidas e a operação de seus instrumentos e mecanismos (processos decisórios, de coordenação/articulação e monitoramento).

D.7 – Inovação no setor público

Compreender os principais conceitos relacionados ao tema inovação e sua aplicação no setor público; ciclo, componentes, fatores contextuais e principais instrumentos da inovação; experiências inovadoras na administração pública brasileira; e tendências e desafios da inovação no setor público.

D.8 – Planejamento e Gestão Estratégica

Identificar a relação entre governo e planejamento; diferenciar aspectos e necessidades do planejamento público; identificar as principais dimensões conceituais do planejamento e da gestão estratégica; caracterizar a relação entre o ciclo da política pública e os atores sociais; identificar a importância, as possibilidades e principais desafios do planejamento e da gestão estratégica no setor público.

D.9 – Orçamento e Finanças Públicas

Distinguir a forma de financiamento do setor público, os tipos de orçamento público e os modelos de análise orçamentária; descrever o ciclo orçamentário federal, do planejamento à execução; analisar a concepção e implementação de ações orçamentárias no contexto das políticas públicas.

D.10 – Gestão Estratégica de Pessoas

Identificar a função estratégica da gestão de pessoas na administração pública brasileira, suas diretrizes, peculiaridades e desafios, bem como as possibilidades e os instrumentos voltados à sua melhoria; identificar aspectos institucionais, normativos e culturais da gestão de pessoas no serviço público.

D.11 - Gestão de Tecnologia da Informação e Governo

Compreender o impacto das novas tecnologias nas organizações públicas, gerir recursos e tomar decisões estratégicas nessa área; compreender o papel da tecnologia como elemento de mudança na cultura das organizações e a importância de seu uso para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

D.12 - Arquitetura e Desempenho Organizacional

Identificar os modelos, princípios e técnicas de desenho organizacional no setor público; discutir tendências e inovações na gestão pública, no campo das estruturas organizacionais; identificar os conceitos básicos de monitoramento e avaliação do desempenho organizacional;

aplicar metodologias e ferramentas de medição do desempenho organizacional; e conhecer iniciativas para o monitoramento e avaliação do desempenho das organizações públicas.

D.13 - Gestão de Projetos

Identificar os principais conceitos e as diferentes abordagens metodológicas em gestão de projetos; descrever a estrutura lógica de concepção do projeto, seus elementos constituintes; e construir uma visão integrada de sua elaboração, monitoramento e avaliação.

D.14 - Gestão por Processos

Compreender de forma sistêmica a dimensão estratégica da gestão de processos na organização; aplicar conceitos e ferramentas sobre a gestão de processos estratégicos da organização no que tange ao planejamento, às rotinas de trabalho, à melhoria contínua e à inovação; desenvolver capacidade de liderança em processos com foco na melhoria da qualidade dos serviços públicos.

D.15 – Metodologia de Pesquisa

Elaborar um projeto contendo os elementos inerentes ao trabalho científico; aplicar as normas e padrões de trabalhos de pós-graduação *lato sensu*; e definir objetos de pesquisa a serem desenvolvidos como artigos científicos ou projetos de intervenção que possibilitem a realização do estudo aplicado.

D.16 – Práticas de Gestão Pública

Identificar a relação entre os conteúdos ministrados nas diversas disciplinas do curso e sua aplicabilidade prática na gestão pública; analisar criticamente as ações nesse campo, de modo a desenvolver uma visão global dos desafios enfrentados pelos gestores; e estabelecer relações entre as fases do ciclo de gestão e as condições organizacionais encontradas na administração pública.

15. CORPO DOCENTE

Docentes vinculados - Especialização em Gestão Pública 12ª edição

Alexandre de Ávila Gomide	Doutorado
Ana Maria Brescancini	Mestrado
Antônio Ernesto Lassance de Albuquerque Júnior	Doutorado
Ariel Cecílio Garces Pares	Mestrado
Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho	Mestrado

Ciro Campos Christo Fernandes	Doutorado
Claudir Costa	Mestrado
Daniel Pitangueira de Avelino	Doutorado
Fabiana Aparecida de Freitas Castro Sooma	Especialização
Fernanda Rodrigues	Especialização
Francisco Antônio Coelho Junior	Doutorado
Gabriela Spanghero Lotta	Doutorado
Humberto Falcão Martins	Doutorado
José Carlos Barbosa	Mestrado
Juliana Seidl	Doutorado
Júlia Maurmann Ximenes	Doutorado
Maria Júlia Pantoja de Brito	Doutorado
Marie Anne Macadar	Doutorado
Monica Alessandra Eickhoff Cortopassi	Graduação
Nara Kohlsdorf	Doutorado
Paulo Rogério Gonçalves	Doutorado
Pedro Luiz Cavalcante	Doutorado
Rafael D'Aquino Mafra	Mestrado
Rebecca Neaera Abers	Doutorado
Regina Luna Santos de Souza	Doutorado
Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos	Doutorado
Roberto Rocha Coelho Pires	Doutorado
Rubia Quintão	Doutorado
Tânia Figueira	Doutorado
Tiago Chaves Oliveira	Mestrado
Wanderson Maia Nascimento	Doutorando

16. BIBLIOGRAFIA DAS DISCIPLINAS

D1. Liderança e Comunicação

Bibliografia Básica

GREENLEAF, Robert K. *The servant as leader*. Indianapolis: The Robert Greenleaf Center, 1991.

SMITH, Richard. Servant leadership: a pathway to the emerging territory. In: **SPEARS, Larry C. (org.).** *Reflections on leadership: how Robert K. Greenleaf's theory of servant leadership influenced today's top management thinkers*. Nova Iorque: John Wiley & Sons Inc., 1995.

SPEARS, Larry C. (org.). *Reflections on leadership: how Robert K. Greenleaf's theory of servant leadership influenced today's top management thinkers*. Nova Iorque: John Wiley & Sons Inc., 1995.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

LENCIONI, Patrick. *Os 5 desafios das equipes: uma história sobre liderança*. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2015.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Ágora, 2006.

YOZO, Ronaldo Yudi K. *100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo: Editora Ágora, 1996. 192 p.

Bibliografia Complementar

GERZON, Robert. *Encontrando a serenidade na era da ansiedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. 376 p.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOTTER, John P. *Liderando mudanças: transformando empresas com a força das emoções*. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. 208 p.

MARRA, Marlene Magnabosco. *O agente social que transforma: o sociodrama na organização de grupos*. São Paulo: Ágora, 2004.

FAMÍLIA SCHURMANN. *Dez anos no mar: diário de uma aventura*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

D2. Estado Brasileiro e suas Transformações

Bibliografia Básica

TULLOCK, Gordon. A teoria da escolha política. In: **TULLOCK, Gordon; SELDON, Arthur; BRADY, Gordon L.** *Falhas de governo: uma introdução à teoria da escolha pública*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005. p. 15-29.

EVANS, Peter. Estados. In: **EVANS, Peter.** *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p. 75-109.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Política e burocracia no presidencialismo brasileiro: o papel do Ministério da Fazenda no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 69-89, 1999.

LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto Rocha C.; OLIVEIRA, Vanessa. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. In: **CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela (orgs.).** *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: ENAP, 2014. p. 23-56.

MARQUES, Eduardo Cesar. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizados a partir das políticas urbanas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 15-41, 2006.

Bibliografia Complementar

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. v. 2. Brasília: Editora UnB, 2004 [1922]. p. 198-233; 525-529.

MELO, Marcus André de. Governance e reforma do Estado: o paradigma agente x principal. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 120, n. 1, p. 67-82, 1996.

EVANS, Peter. A abordagem institucional comparativa. In: **EVANS, Peter.** *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p. 49-73.

LOPEZ, Felix Garcia. Introdução. In: **LOPEZ, Felix Garcia (org.).** *Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Brasília: IPEA, 2015. p. 11-32.

LOTTA, Gabriela. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: **FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.).** *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 221-259.

ABERS, Rebecca; KECK, Margaret. Autoridade prática, construção institucional e entrelaçamento. In: **ABERS, Rebecca; KECK, Margaret.** *Autoridade prática: ação criativa e mudança institucional na política brasileira de água*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017. p. 29-62.

D3. Gestão Pública Contemporânea

Bibliografia Básica

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Diálogo público do TCU debate projeto de lei que pode fragilizar o controle. Brasília: Portal TCU, [online].

BRASIL. *Informação e conhecimento para políticas de desenvolvimento social*. Brasília: MDS, Sagi, 2016. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/LIVRO_SAGI_BAIXA_FINAL.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. *Avaliação de políticas públicas*. v. 1: Guia de análise ex-ante. Brasília: Ipea, 2018a. cap. 6, Estratégia de implementação, tópico 2, Modelo de governança e gestão, p. 124-131.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Pesquisa de jurisprudência do TCU*. Brasília: TCU, 2018b. Portal online. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/pesquisaJurisprudencia/#/pesquisa/acordao-completo>>.

CALMON, Kátia Maria Nasiaseni. Avaliação de programas e aprendizagem organizacional. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 19, p. 3-70, jun. 1999.

CAPELARI, Mauro G. M.; CALMON, Paulo du Pin; ARAÚJO, Suely M. V. G. Coalizões de advocacia: levantamento das teses e dissertações nacionais. Brasília: Ceag-UnB, 2014. (Série Textos de Discussão Ceag-UnB, 003/14). Disponível em: <<http://site.ceag.unb.br/ceagarquivos/public/arquivos/biblioteca/23368586224a9daa2fd7a82ca9b2e46b.pdf>>.

CAIRNEY, Paul. Politics & public policy: 1000 words. Blog. Disponível em: <<https://paulcairney.wordpress.com/1000-words/>>. Acesso em: fev. 2017.

CASSIOLATO, Martha; GUERESI, Simone. Como elaborar modelo lógico: roteiro para formular programas e organizar a avaliação. In: **CARDOSO Jr., José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (orgs.).** *Planejamento e avaliação de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2015. Parte III, cap. 8. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_ppa_vol_1_web.pdf>.

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael; POSSAMAI, Ana Júlia. Do novo gerencialismo público à governança da era digital. In: **CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (orgs.).** *Governança de TI: transformando a administração pública no Brasil*. Porto Alegre: WS Editor, 2010. p. 13-36. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/78940/000764826.pdf>>.

CAVALCANTE, Pedro; PIRES, Roberto. Nota técnica nº 24 – Governança pública: construção de capacidades para a efetividade da ação governamental. Brasília: Ipea, jul. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/180806_nt_diest_24_governanca_publica_construcao_de_capacidades.pdf>.

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber (orgs.). *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília: Ipea; Enap, 2017. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171002_inovacao_n_o_setor_publico.pdf>.

COMISSÃO EUROPEIA. Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia.

Bruxelas, 26 abr. 2018. Disponível em:

<<https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/1/2018/PT/COM-2018-236-F1-PT-MAIN-PART-1.PDF>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

FILGUEIRAS, Fernando. Burocracias do controle, controle da burocracia e accountability no Brasil. Brasília: Ipea, [s.d.]. p. 368-377. Disponível em:

<<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/c707d7e3-eba6-44fc-99c4-35f8e590ffcf/content>>.

GAETANI, Francisco. A governabilidade da administração em jogo. *Valor Econômico*, São Paulo, 20 abr. 2018. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/opiniao/5468781/governabilidade-da-administracao-em-jogo>>.

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma ideia? In: **SARAVIA, Enrique;**

FERRAREZI, Elisabete (orgs.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006a.

KINGDON, John W. Juntando as coisas. In: **SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.).** *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006b. v. 1.

LASSANCE, Antonio. Governança e gestão: uma radiografia dos gargalos do Estado brasileiro. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 8, Brasília, jul./dez. 2015a, p. 39-44. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/160218_boletim_analisepolitico_08_cap6>.

LASSANCE, Antonio. Estado, instituições, democracia e políticas públicas: conceitos básicos e seus usos práticos. Brasília, 2015b. Slides. Disponível em:

https://docs.google.com/presentation/d/1vfFslW8UjQ7bID51gJd6uEr7Og5eYrA2gM_74zJLd9M/edit?slide=id.g158f76a7ac_5_0

LASSANCE, Antonio. Avaliação e seus indicadores. Brasília, 2016. 11 slides, pdf.

LASSANCE, Antonio. Governança pública: uma visão aplicada. Brasília: Ipea, 2018.

Disponível em:

<https://docs.google.com/presentation/d/14cUQdHzlJtAiWiqENliSe9D7jUnwFq5IrcfO1Kfpi3k/edit?slide=id.p3>

LIMA-SILVA, Fernanda; LOUREIRO, Maria Rita. Ceder e controlar o poder: estratégias presidenciais para coordenação governamental no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 69, n. 3, p. 7-36, jul./set. 2018.

PETERS, B. G. Os dois futuros do ato de governar: processos de descentralização e recentralização no ato de governar. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 59, n. 3, p. 289-307, jul./set. 2008.

SUBIRATS, Joan. Definición del problema: relevancia pública y formación de la agenda de actuación de los poderes públicos. In: **SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.).** *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. *Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>>. Leitura recomendada: p. 13-26.

Bibliografia Complementar

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: **PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.).** *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea; Enap, 2018. p. 23-58. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil.pdf>.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *Declaração de princípios do governo aberto*. Brasília: CGU, 2011.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. *O que é governo aberto*. Brasília: CGU, 2014.

DASSEN, Nicolás; VIEYRA, Juan Cruz (eds.). *Open government and targeted transparency*. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2012.

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP (OGP). What's in the new OGP National Action Plans? An overview of commitments from 35 OGP countries. Disponível em: <<https://www.opengovpartnership.org/wp-content/uploads/2001/01/OGP-Whats-in-the-New-OGP-NAPs-report-web.pdf>>.

ATZORI, Marcella. Tecnologia blockchain e governance decentralizzata: lo Stato è ancora necessario? 1 dez. 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2731132>>.

BEMELMANS-VIDEC, Marie-Louise; RIST, Ray C.; VEDUNG, Evert Oskar. *Carrots, sticks, and sermons: policy instruments and their evaluation*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1998.

CAIRNEY, Paul. *Understanding public policy: theories and issues*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

CASTELLS, Manuel. Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, v. 1, p. 238-266, 2007. Disponível em: <<http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/46/35>>.

CHANG, Ha-Joon. *Bad Samaritans: the myth of free trade and the secret history of capitalism*. Bloomsbury Press, 2010.

FERGUSON, James. *The anti-politics machine: "development", depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1990.

FREDERICKSON, H. G.; SMITH, K. B. *The public administration theory primer*. Boulder, Colorado: Westview Press, 2012.

LASSANCE, Antonio. Comunicação institucional do poder público. In: **CASTRO, Daniel; MELO, José Marques de; CASTRO, Cosette (orgs.).** *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil*. Brasília: Ipea, 2010. v. 1. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_panoramadacomunicacao_vol1.pdf>.

LASSANCE, Antonio. Castells: comunicação, poder e contrapoder na era da autocomunicação de massa. Resenha de CASTELLS, Manuel. Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, v. 1, p. 238-266, 2007. Disponível em: <<https://antoniolassance.blogspot.com/2010/06/castells-comunicacao-poder-e.html>>.

LIMONGI, Fernando. Governo representativo e democratização: revendo o debate. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 27, p. 95-125, jan./abr. 2015.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 5-34, out. 1995.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 79, p. 5-34, nov. 2013.

MCCUBBINS, Mathew D.; SCHWARTZ, Thomas. Congressional oversight overlooked: police patrols versus fire alarms. *American Journal of Political Science*, v. 28, p. 16-79, 1984.

NERY, Guilherme; BRAGAGLIA, Ana Paula; BARBOSA, Flávia Clemente Suzana. *Nem tudo que parece é: entenda o que é plágio*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2018.

NORTH, Douglass C. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. v. 1-2.

D4. Análise de Políticas Públicas

Bibliografia Básica

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Campus, 2013. cap. 1.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Sociologia da ação pública*. Maceió: UFAL, 2012. cap. 1.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Campus, 2013. caps. 2-3.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. *Texto para Discussão*, n. 1334. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1334.pdf>.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Campus, 2013. cap. 5.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: **BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (orgs.).** *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2002. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/233467945/Arretche-2002-pdf>>.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Rio de Janeiro: Campus, 2013. cap. 6.

CAVALCANTE, Pedro; GOMIDE, Alexandre de Ávila; BARBOSA, S. A coordenação de programas prioritários sob a perspectiva do núcleo do governo federal (2007-2014). *Texto para Discussão*, n. 2440. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/190116_td_2440.pdf>.

PIRES, Roberto Rocha C.; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121-146, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0121.pdf>>.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Tipos e dinâmicas de mudança institucional: as agências reguladoras de transportes no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 133-163, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/dados/v57n3/0011-5258-dados-57-03-0855.pdf>>.

Bibliografia Complementar

BIRKLAND, Thomas A. *An introduction to the policy process: theories, concepts, and models of public policy making*. 3. ed. New York: Routledge, 2011. cap. 7.

BOUCKAERT, Geert; PETERS, Guy; VERHOEST, Koen. *The coordination of public sector organizations: shifting patterns of public management*. Palgrave Macmillan, 2010. cap. 3.

CAIRNEY, Paul. *The politics of evidence-based policy making*. London: Palgrave Macmillan UK, 2016. caps. 2 e 5.

CAPELLA, Ana Cláudia. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. *Revista Agenda Política*, v. 3, n. 2, jul./dez. 2015.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *BIB*, São Paulo, n. 61, 1º sem. 2006.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papirus, 2005. caps. 1-2.

CORTES, Soraya. Policy community defensora de direitos e a transformação do Conselho Nacional de Assistência Social. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 38, p. 122-154, jan./abr. 2015.

FISCHER, Frank; GOTTWEIS, Herbert. *The argumentative turn revisited: public policy as communicative practice*. Durham: Duke University Press, 2012.

FLEXOR, Georges; GRISA, Catia. The institutionalization of family farming policy in Brazil: ideas, institutions and actors. In: **LUKIC, M. R.; TOMAZINI, C. (eds.)**. *Analyzing public policies in Latin America: a cognitive approach*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2014.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. In: **GOMIDE, Alexandre de Ávila; BOSCHI, Renato Raul (eds.)**. *Capacidades estatais em países emergentes: o Brasil em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

HALL, Peter A. The role of interests, institutions, and ideas in the comparative political economy of the industrialized nations. In: **LICHBACH, M.; ZUCKERMAN, A. (eds.)**. *Comparative politics: rationality, culture and structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HOWLETT, Michael. *Design public policies: principles and instruments*. New York: Routledge, 2011.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do novo institucionalismo. *Lua Nova*, n. 58, p. 193-223, 2003.

IPEA. *Boletim de análise político-institucional*, n. 13. Número especial: implementação e desigualdade. Brasília: DIEST/Ipea, out. 2017.

JONES, Bryan; THOMAS, Henry. Bounded rationality and public policy decision-making. In: **ARARAL Jr., Eduardo; FRITZEN, Scott; HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; XUN, Wu (eds.).** *Routledge handbook of public policy*. New York: Routledge, 2013.

LE GALÈS, Patrick. Policy instruments and governance. In: **BEVIR, Mark (ed.).** *The SAGE handbook of governance*. London: Sage Publications, 2013.

LIPSKY, Michael. The critical role of street-level bureaucrats. In: *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service*. 30th ann. ed. New York: Russell Sage Foundation, 2010. cap. 1.

LOTTA, Gabriela. Desvendando o papel dos burocratas de nível de rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: **FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.).** *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 221-259.

LOTTA, Gabriela; PIRES, Roberto. Incorporating dimensions of social inequality. In: **HUPE, Peter (ed.).** *Research handbook on street-level bureaucracy: the ground floor of government in context*. Cheltenham: Edward Elgar, 2017. (no prelo).

LOWI, Theodore J. Distribuição, regulação, redistribuição. 1966. (mimeo).

MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A theory of gradual institutional change. In: *Explaining institutional change: ambiguity, agency and power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. cap. 1.

OLLAIK, Leandro G.; MEDEIROS, José J. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1943-1967, nov./dez. 2011.

PETERS, Guy. *Pursuing horizontal management: the politics of public sector coordination*. Lawrence: University Press of Kansas, 2015. cap. 1.

PIERSON, Paul. Retornos crescentes, dependência da trajetória e o estudo da política. *Ideias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP*, v. 6, n. 2, p. 335-392, jul./dez. 2015.

PIRES, Roberto Rocha C. Burocracia, discricionariedade e democracia: alternativas para o dilema entre controle do poder administrativo e capacidade de implementação. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 14, n. 54, jan. 2009.

PIRES, Roberto Rocha C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 734-769, 2009.

SALAMON, Lester M. The new governance and the tools of public action: an introduction. In: *The tools of government: a guide to the new governance*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan./jun. 2005.

SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christopher W. *The public policy theory primer*. Boulder: Westview Press, 2009. caps. 1 e 4.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. *Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. Brasília: Enap, 2014. caps. 1 e 7.

D 5. Fundamentos do Direito Público

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Isabel. Intervencionismo social e neoliberalismo, ou liberalismo construtor: a precisão de seus conceitos mediante a análise da gradação do controle estatal e de sua política de prioridades. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 34, n. 135, p. 237-251, 1997.

BARCELLOS, Ana Paula de. *Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

BARCELLOS, Ana Paula de. *A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). *Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006.

FINGER, Ana Cláudia. Serviço público: um instrumento de concretização dos direitos fundamentais. *A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, Belo Horizonte, ano 3, n. 12, p. 141-165, abr./jun. 2003.

GABARDO, Emerson. O princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado como fundamento do direito administrativo social. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 95-130, maio/ago. 2017.

MELLO, Celso Bandeira de. “Relatividade” da competência discricionária. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, n. 212, p. 49-56, abr./jun. 1998.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. *Constitucionalização do direito administrativo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Flávio Henrique Unes; CAMMAROSANO, Márcio; SILVEIRA, Marilda de Paula; ZOCKUM, Maurício. *O direito administrativo na jurisprudência do STF e do STJ*. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

PORTILLA, Francisco Javier Matia. La caracterización jurídico-constitucional del Estado Social del Derecho. *Revista Española de Derecho Constitucional*, Madrid, año 20, n. 60, p. 9-45, set./dez. 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. Disponível em:
<http://www.mundojuridico.adv.br/sis_artigos/artigos.asp?codigo=54>.

SUNDFELD, Carlos Ari. *Fundamentos de direito público*. São Paulo: Malheiros, 2008.

SUNDFELD, Carlos Ari. Processo administrativo: um diálogo necessário entre Estado e cidadão. *A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, Belo Horizonte, ano 6, n. 23, p. 39-51, jan./mar. 2006.

SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda. O dever de motivação na edição dos atos normativos pela Administração Pública. *A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, Belo Horizonte, ano 11, n. 45, p. 55-73, jul./set. 2011.

XIMENES, Julia Maurmann. Judicialização do benefício de prestação continuada e efeitos simbólicos na cidadania. *Pensar – Revista de Ciências Jurídicas*, Fortaleza, v. 21, p. 600-625, 2016.

D 6. Governança e Arranjos Institucionais

Bibliografia Básica

CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa. Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. In: **PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (orgs.).** *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea; Enap, 2018. cap. 2, p. 59-84. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil_cap02.pdf>.

PIRES, Roberto. Por dentro do PAC: dos arranjos formais às interações e práticas dos seus operadores. In: **CAVALCANTE, Pedro; LOTTA, Gabriela (orgs.).** *Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação*. Brasília: Enap, 2015. cap. 6, p. 181-186.

CAPANO, Giliberto; HOWLETT, Michael; RAMESH, M. Re-thinking governance in public policy: dynamics, strategy and capacities. In: ____ (eds.). *Varieties of governance*. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 3-24.

CAVALCANTE, Pedro; PIRES, Roberto. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, v. 1, p. 19-35, 2018.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e*

Política, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, jun. 2016. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000200121>.

PIRES, Roberto. Intersetorialidade, arranjos institucionais e instrumentos da ação pública. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, n. 26, p. 67-80, 2016.

LE GALÈS, Patrick. Policy instruments and governance. In: **BEVIR, Mark (ed.).** *The SAGE handbook of governance*. London: Sage Publications, 2011. p. 142-159.

SALAMON, Lester M. The new governance and the tools of public action: an introduction. In: *The tools of government: a guide to the new governance*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

BOUCKAERT, Geert; PETERS, Guy; VERHOEST, Koen. The main argument – specialization without coordination is centrifugal. In: _____. *The coordination of public sector organizations: shifting patterns of public management*. London: Palgrave Macmillan, 2010. cap. 1.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; NOGUEIRA, João; BELÉM LOPES, Dawisson. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 55, n. 1, p. 175-220, 2012.

FRANZESE, Cibele. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: *Estado, instituições e democracia: República*. Brasília: Ipea, 2010.

PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; MACHADO, José Ângelo. Coordenação federativa e a “armadilha da decisão conjunta”: as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 399-441, 2014.

MEDEIROS, Bernardo. Ativismo, delegação ou estratégia? A relação interpoderes e a judicialização no Brasil. In: **PIRES, Roberto; CARDOSO Jr., José Celso (orgs.).** *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011. p. 231-242. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol06.pdf>.

WANG, Daniel; PIRES, N.; OLIVEIRA, Vanessa Elias; TERRAZAS, F. Os impactos da judicialização da saúde no município de São Paulo: gasto público e organização federativa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 1191-1206, 2014.

FILGUEIRAS, Fernando. Burocracias do controle, controle da burocracia e accountability no Brasil. In: **PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (orgs.).** *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil_cap14.pdf>.

PIRES, Roberto; CARDOSO Jr., José Celso. Dilemas entre controle e autonomia de gestão: alternativas e possibilidades de superação. In: **PIRES, Roberto; CARDOSO Jr., José Celso (orgs.).** *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011. p. 243-256.

Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol06.pdf>.

CORTES, Soraya M. V. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: **LUBAMBO, Catia; COELHO, Denilson B.; MELO, Marcus A. (orgs.).** *Desenho institucional e participação política: experiência no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 13-32.

LOPEZ, Felix; ABREU, Rodrigo. A participação das ONGs nas políticas públicas: o ponto de vista de gestores federais. *Texto para Discussão*, n. 1949. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1949.pdf>.

FIANI, Ronaldo. Arranjos institucionais e custos de transação em parcerias público-privadas. In: **GOMIDE, Alexandre; PEREIRA, André (orgs.).** *Governança da política de infraestrutura: condicionantes institucionais ao investimento*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. cap. 5. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_gover_politica_infra_condic_inst_invest_cap5.pdf>.

DIEGUEZ, Rodrigo; MIRANDA, Cláudia. Formação de agenda, coordenação intragovernamental e gestão de projetos: a relação entre as dimensões política e de gestão pública na estruturação de projetos de PPP. [S.l.: s.n.], [s.d.].(Consad)

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 58, 2016.

RADIN, Beryl. Os instrumentos da gestão intergovernamental. In: **PETERS, Guy; PIERRE, Jon (orgs.).** *Administração pública: coletânea*. Brasília: Enap, 2010. p. 597-618.

PIRES, Roberto. Arranjos institucionais para implementação de políticas e ações governamentais em direitos humanos. In: **DELGADO, et al. (orgs.).** *Gestão de políticas públicas de direitos humanos*. Brasília: Enap, 2011. p. 189-210.

GOMIDE, Alexandre; MACHADO, Renato; PEREIRA, André. Implementação de projetos de infraestrutura e (re)produção de desigualdades: os casos de Belo Monte e da Transnordestina. In: **PIRES, Roberto (org.).** **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Brasília: IPEA (no prelo)

Bibliografia Complementar

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e a experiência brasileira. In: **PIRES, Roberto; LOTT, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (orgs.).** *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea, 2018. p. 23-58.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: **BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (orgs.).** *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_2002.pdf>.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: **SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.).** *Políticas públicas: coletânea*. v. 2. Brasília: ENAP, 2006. p. 91-110.

BEVIR, Mark. Governança democrática: uma genealogia. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 103-114, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a08v19n39.pdf>>.

BOUCKAERT, Geert; PETERS, Guy; VERHOEST, Koen. *The coordination of public sector organizations: shifting patterns of public management*. London: Palgrave Macmillan, 2010.

CAVALCANTE, Pedro; PIRES, Roberto. Governança pública: das prescrições formais à construção de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. *Nota Técnica DIEST/Ipea*, Brasília, 2018.

DIEGUEZ, Rodrigo; MIRANDA, Cláudia. Formação de agenda, coordenação intragovernamental e gestão de projetos: a relação entre as dimensões política e de gestão pública na estruturação de projetos de PPP. [dados completos da publicação necessários].

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta; NOGUEIRA, João; BELÉM LOPES, Dawisson. Coordenação intragovernamental para a implementação da política externa brasileira: o caso do Fórum IBAS. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 55, n. 1, p. 175-220, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n1/a05v55n1.pdf>>.

FIANI, Ronaldo. Arranjos institucionais e desenvolvimento: o papel da coordenação em estruturas híbridas. *Texto para Discussão*, n. 1815. Brasília: Ipea, [s.d.].

FRANZESE, Cibele. Coordenação e cooperação no federalismo brasileiro: avanços e desafios. In: *Estado, instituições e democracia: República*. Brasília: Ipea, 2010.

FUKUYAMA, Francis. Commentary: what is governance? *Governance: an International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 26, n. 3, p. 347-368, 2013.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (eds.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/capacidades_estatais_e_de_mocracia_web.pdf>.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, André K.; MACHADO, Renato. Burocracia e capacidade estatal na pesquisa brasileira. In: **PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa (orgs.).** *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. Brasília: Ipea, 2018. p. 85-104.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais para o desenvolvimento no século XXI. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, v. 2, p. 25-30, 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/120906_boletim_analisepolitico_02.pdf>.

GONTIJO, José G. L. Coordenação, cooperação e políticas públicas: organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In: **FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.).** *Implementação de políticas públicas: teoria e prática*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. p. 82-122.

GRIN, Eduardo José. Notas sobre a construção e a aplicação do conceito de capacidades estatais. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, n. 20.1, p. 1-20, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/revistasociedade/index.php/rts/article/view/47/40>>.

IPEA. Nota técnica: considerações sobre a integração das instituições participativas ao ciclo de gestão de políticas públicas: subsídios à formulação de um sistema de participação. Brasília: Ipea, 2012.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 9, n. 18, p. 19-44, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331/1048>>.

LEVI-FAUR, David. From 'big government' to 'big governance'? In: **LEVI-FAUR, David (ed.).** *The Oxford handbook of governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LEVI-FAUR, David (org.). *The Oxford handbook of governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LIMA NETO, Fernando. Relação com o Estado na visão das ONGs: uma sociologia das percepções. Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1820).

LOPEZ, Felix; PIRES, Roberto Rocha. Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. In: **CARDOSO, José Celso (org.).** *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. v. 3. Brasília: Ipea, 2010. p. 565-585. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_bd_vol3.pdf>.

LOPEZ, Felix; BARONE, Leonardo. As entidades sem fins lucrativos e as políticas públicas federais: tipologia e análise de convênios e organizações (2003-2011). Brasília: Ipea, 2013. (Texto para Discussão, n. 1896). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1896.pdf>.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; OLIVIERI, Cecília; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Do controle interno ao controle social: a múltipla atuação da CGU na democracia brasileira. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 17, p. 1-20, 2012.

MAJONE, Giandomenico. Do Estado positivo ao Estado regulador: causas e consequências de mudanças no modo de governança. *Revista do Serviço Público*, Brasília, ano 50, n. 1, p. 5-28, 1999.

MARQUES, Eduardo. Governo, atores políticos e governança em políticas urbanas no Brasil e em São Paulo: conceitos para uma agenda de pesquisa futura. In: **MENICUCCI, Telma; GONTIJO, José G. (orgs.).** *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p. 71-100.

MARQUES, Eduardo. Government, political actors and governance in urban policies in Brazil and São Paulo: concepts for a future research agenda. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2013.

MASSARDIER, Gilles. Redes de política pública. In: *Políticas públicas*. Brasília: ENAP, v. 2, p. 161-186, 2007.

MATTHEWS, Felicity. Governance and state capacity. In: **LEVI-FAUR, David (org.).** *The Oxford handbook of governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 281-293.

MEDEIROS, Bernardo. Ativismo, delegação ou estratégia? A relação interpoderes e a judicialização no Brasil. In: **PIRES, Roberto; CARDOSO Jr., José Celso (orgs.).** *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011. p. 231-242. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol06.pdf>.

O'TOOLE Jr., Laurence. Relações interorganizacionais no processo de implementação. In: **PETERS, Guy; PIERRE, Jon (orgs.).** *Administração pública: coletânea*. Brasília: ENAP, 2010. p. 229-248.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; NORONHA, Lincoln N. T. Judiciary-executive relations in policy making: the case of drug distribution in the state of São Paulo. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 5, p. 11-46, 2011.

OLIVIERI, Cecília; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Organizational learning of controllers and controlled agencies: innovations and challenges in promoting accountability in the recent Brazilian democracy. *American Journal of Industrial and Business Management*, v. 3, p. 43-

OLLAIK, Leandro; MEDEIROS, José. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 6, p. 1943-1967, nov./dez. 2011.

PAINTER, Martin; PIERRE, Jon. Unpacking policy capacity: issues and themes. In: **PAINTER, Martin; PIERRE, Jon (eds.).** *Challenges to state policy capacity*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 1-18.

PEREIRA, André K. A construção de capacidade estatal por redes transversais: o caso de Belo Monte. 2014. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. cap. 1. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/artigos-pagina-principal/1201-a-construcao-de-capacidade-estatal-por-redes-transversais-o-caso-de-belo-monte>>.

PEREIRA, Carlos; MELO, Marcus André. The surprising success of multiparty presidentialism. *Journal of Democracy*, v. 23, n. 3, p. 156-170, 2012.

PETERS, B. Guy. Governance as political theory. In: *Civil society and governance in China*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

PETERS, Guy B. Managing horizontal government: the politics of coordination. *Research Paper*, n. 21. Canadian Center for Management Development, jan. 1998.

PIRES, Roberto; CARDOSO Jr., José Celso. Dilemas entre controle e autonomia de gestão: alternativas e possibilidades de superação. In: **PIRES, Roberto; CARDOSO Jr., José Celso (orgs.).** *Gestão pública e desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2011. p. 243-256. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol06.pdf>.

PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre. Governança e capacidades estatais a partir da abordagem dos arranjos e instrumentos de políticas públicas. *Boletim de Análise Político-Institucional*, Brasília, v. 1, p. 25-32, 2018.

PIRES, Roberto; VAZ, Alexander. Participação social como método de governo? Um mapeamento das interfaces socioestatais no governo federal. *Texto para Discussão*, n. 1707. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1707.pdf>.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/742/74250103.pdf>>.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Relatório final do Grupo de Trabalho do marco regulatório das organizações da sociedade civil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2012.

SILVA, Fabio de Sá; LOPEZ, Felix Garcia; PIRES, Roberto. Introdução: a democracia no desenvolvimento e o desenvolvimento da democracia. In: **SILVA, Fabio de Sá; LOPEZ,**

Felix Garcia; PIRES, Roberto (orgs.). *Estado, instituições e democracia: democracia*. Brasília: Ipea, 2010. v. 2, p. 17-46. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro09_estadoinstituicoes_vol2.pdf>.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Tribunal de Contas da União: trajetória institucional e desafios contemporâneos. In: **CUNHA, Alexandre; MEDEIROS, Bernardo; AQUINO, Luseni (orgs.).** *Estado, instituições e democracia: República*. v. 3. Brasília: Ipea, 2010. p. 415-441.

WANG, Daniel; PIRES, N.; OLIVEIRA, Vanessa Elias; TERRAZAS, F. Os impactos da judicialização da saúde no município de São Paulo: gasto público e organização federativa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, p. 1191-1206, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n5/06.pdf>>.

D7. Inovação no Setor Público

Bibliografia Básica

BRANDÃO, S.; BRUNO-FARIA, M. Inovação no setor público: análise da produção científica em periódicos nacionais e internacionais da área de administração. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 227-248, jan./fev. 2013.

CAVALCANTE, Pedro. Gestão pública contemporânea: do movimento gerencialista ao pós-NPM. *Texto para Discussão*, n. 2319. Brasília: Ipea, 2017. p. 1-40.

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber (orgs.). *Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília: Ipea, 2017.

CAVALCANTE, Pedro; MENDONÇA, L.; BRANDALISE, I. Políticas públicas e design thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. Brasília: Ipea, [no prelo].

Bibliografia Complementar

BASON, Christian (ed.). *Design for policy*. Danish Design Centre Series: Design for Social Responsibility. Farnham: Gower Publisher, 2014.

BEKKERS, Victor; EDELENBOS, Jurian; STEIJN, Bram (eds.). *Innovation in the public sector: linking capacity and leadership*. Governance and Public Management Series. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

BROWN, Tim; KATZ, Barry. *Design thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.

DE VRIES, H. A.; BEKKERS, V.; TUMMERS, L. G. Innovation in the public sector: a systematic review and future research agenda. *Public Administration*, v. 93, n. 1, p. 1-20, 2015.

JOHNSON, Steven. *De onde vêm as boas ideias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LIEDTKA, Jeanne M.; SALZMAN, Randy; AZER, Daisy. *Design thinking for the greater good: innovation in the social sector*. New York: Columbia Business Press, 2017.

OCDE. *The innovation imperative in the public sector: setting an agenda for action*. Paris: OECD Publishing, 2015.

OCDE. *Embracing innovation in government: global trends 2018*. Paris: OECD Publishing, 2018.

OSBORNE, Stephen; BROWN, Kerry. *Managing change and innovation in public service organizations*. Oxon: Routledge, 2005.

OSBORNE, Stephen; BROWN, Kerry (eds.). *Handbook of innovation in public services*. London: Elgar Reference, 2013.

D8. Planejamento e Gestão Estratégica

Bibliografia Básica

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO (BID). *Gobiernos que sirven: innovaciones que están mejorando la entrega de servicios a los ciudadanos*. Washington, D.C.: BID, 2016.

BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). *Gestão estratégica com o uso do BSC*. Brasília: ENAP, 2014.

CARNEIRO, Roberto; MENICUCCI, Telma M. G. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In: **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ.** *A saúde no Brasil em 2030 – prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento e políticas de saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/MS/SAE-PR, 2013. p. 164-189.

DE TONI, Jackson. Em busca do planejamento governamental do século XXI. In: *Reflexões para Ibero-América: planejamento estratégico*. Brasília: ENAP, 2009. p. 21-36.

GAROFANO, Rafael; ORIÁ, Felipe. Estado inovador. *Revista Consultor Jurídico*, 20 out. 2015.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William. *Governar em rede: novo formato do setor público*. Brasília; São Paulo: ENAP/Unesp, 2006. p. 15-58.

KNUTSSON, B. The intellectual history of development towards a widening potential repertoire. *Perspectives*, n. 13, abr. 2009. Göteborgs Universitet, School of Global Studies, 2009.

MATUS, Carlos. *Adeus senhor presidente*. Recife: Litteris, 1989. p. 40-70.

PAGNUSSAT, José Luiz. Arranjos institucionais, carreiras públicas e a capacidade de planejamento do Estado brasileiro. In: **CARDOSO Jr., José Celso (org.).** *Planejamento Brasil século XXI: inovação institucional e refundação administrativa*. Brasília: Ipea, 2015.

TROSA, Sylvie. *Gestão para resultados: quando o Estado se compromete*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 2001. cap. 1-2.

BOURGON, Jocelyne. *Em busca de uma nova síntese para administração pública: textos para discussão*. Brasília: ENAP, 2010. cap. 1, p. 9-20.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *Referencial básico de governança – aplicável a órgãos e entidades da administração pública*. v. 2. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <www.tcu.gov.br>.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. *Guia da política de governança pública*. Brasília: Presidência da República, 2018.

CARVALHO, Leandro. Abordagem discursiva da ação pública: o discurso no cotidiano da gestão pública. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 199, dez. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017.

LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.

ENSAIO. Análise do Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 à luz do debate recente sobre governança de políticas públicas. Trabalho de fim de disciplina, Doutorado em Ciência Política, Universidade de Brasília, 2017.

MARTINS, Humberto F.; MARINI, Caio. Governança pública contemporânea: uma tentativa de dissecação conceitual. *Revista do TCU*, Brasília, n. 130, p. 42-53, maio/ago. 2014.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim de. Repensando políticas públicas: por que frequentemente falhamos no planejamento? In: **MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.).** *Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 189-204.

CAMPOS, Antônio; PAIVA, Luis. Insights comportamentais e políticas de superação da pobreza. *International Policy Centre for Inclusive Growth*, Brasília, n. 60, ago. 2017.

FLEURY, Sonia. Redes de políticas: novos desafios para a gestão pública. *Administração em Diálogo*, São Paulo, n. 7, p. 77-89, 2005.

FILGUEIRAS, Fernando. O uso narrativo de evidências. Apresentação de curso. Brasília: ENAP, 2017.

FLEURY, Sonia. As redes e a difusão de inovações. Conferência apresentada no I Seminário Conhecimento, Inovação e Comunicação em Serviços de Saúde – CIC-Saúde Brasil, 2013.

MOURA, Joana; SILVA, Marcelo. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectivas. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, supl., p. 43-54, ago. 2008.

SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan./jun. 2005.

VICENTE, Victor; CALMON, Paulo. A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa. In: *XXXV Encontro da ANPAD*. Rio de Janeiro, 2011.

MATUS, Carlos. *Triângulo de governo*. Caracas: Fundación Altadir, 2006.

BRAINARD, Peters. La capacidad para gobernar: ¿retrocedendo hacia el centro? *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, Caracas, n. 27, out. 2003.

PARES, Ariel. Anotações elaboradas de forma livre sobre o livro *Estratégias políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi*, de Carlos Matus. Brasília, 2016.

MARTINS, Humberto. *Uma teoria da fragmentação de políticas públicas*. Brasília, 2003.

LOTTA, Gabriela; FAVARETO, Arilson. Desafios da integração nos novos arranjos institucionais de políticas públicas no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 49-65, mar. 2016.

LAMEIRÃO, Camila. O papel da presidência na gestão da coordenação política governamental: arranjos e dinâmicas de poder com a coalizão (1995-2010). *Texto para Discussão*, n. 2041. Brasília: Ipea, fev. 2015.

ALESSANDRO, Martín; LAFUENTE, Mariano; SANTISO, Carlos. *El fortalecimiento del centro de gobierno en América Latina*. Nota Técnica IDB-TN-591. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2013.

GAETANI, Francisco. O funcionamento do alto governo no Brasil. Nota Técnica s/n. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores*. Brasília: Instituto Publix; Editora Publix, dez. 2009.

- BRASIL. Presidência da República.** *Cartilha de avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex-ante*. Brasília: Presidência da República, 2018.
- HUERTAS, Franco.** *O método PES: entrevista com Carlos Matus*. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- FILGUEIRAS, Fernando.** Como promover práticas com o uso de evidências. Apresentação/aula. Brasília: ENAP, 2017.
- MARTINS, Humberto F.; MARINI, Caio.** *Um guia de governança para resultados na administração pública*. Brasília: Instituto Publix; Editora Publix, 2010.
- PARES, Ariel.** Anotações elaboradas de forma livre sobre o livro *Safári de Estratégia*, Henry Mintzberg, Bruce Ahlstrand e Joseph Lampel. Brasília, 2016.
- SILVA, Rogério.** *Avaliação participativa: leituras e questionamentos*. São Paulo: Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social; Instituto Itaú Social, maio 2009.
- TREVISAN, Andrei P.; BELLEN, Hans M.** Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, maio/jun. 2008.
- WU, Xun et al.** *Guia de políticas públicas: gerenciando processos*. Brasília: ENAP, 2014.
- BRANCO, Gustavo Castelo.** Retrocesso orçamentário e democrático. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 jun. 2013.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – SEPLAN.** *PPA 2020-2023 (versão preliminar para discussão)*. Brasília: SEPLAN, 2018.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI.** *Livro branco: desafios do PPA*. Brasília: SPI, 2002.
- CARDOSO Jr., José Celso.** Planejamento no Brasil: balanço histórico e propostas ao Plano Plurianual. *Texto para Discussão*. Rio de Janeiro: Ipea, dez. 2014.
- CASTRO, Iná Elias.** O problema da escala. In: **CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.).** *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.
- CORE, F. Garcia.** Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento. In: **GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (orgs.).** *Planejamento e orçamento governamental: coletânea*. Brasília: ENAP, 2006. p. 219.
- GARCIA, Ronaldo C.; CARDOSO Jr., José Celso.** Subsídios para repensar o sistema federal de planejamento. Brasília: Ipea, 2015.
- GARCIA, Ronaldo C.** PPA: o que não é e o que pode ser. In: **CARDOSO Jr., José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (orgs.).** *Planejamento e avaliação de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2015. p. 56-79.

GODET, Michel. *Prospectiva Estratégica: problemas y métodos. Cuadernos de LIPSOR*, n. 20, San Sebastián, España, 2007. p. 5-26.

MORITZ, Gilberto; NUNES, Rogério; PEREIRA, Maurício. *Os métodos de prospecção de cenários e sua aplicação nas organizações: um estudo de caso no período 1998-2008.* UFSC, Florianópolis, s.d.

PARES, Ariel; VALLE, Beatrice. *A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios.* In: **GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz** (org.). *Planejamento e orçamento governamental.* Brasília: ENAP, 2006. v. 1.

PAULO, Luiz. *O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica.* *Revista do Serviço Público – RSP*, Brasília, v. 61, n. 2, p. 171-187, abr./jun. 2010.

Bibliografia Complementar

ABRUCIO, F. L.; PEDROTI, P.; PÓ, M. V. A formação da burocracia brasileira: a trajetória e os significados das reformas administrativas. In: **LOUREIRO, M. R. et al.** (org.). *Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI.* São Paulo: FGV, 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-19.* Brasília: MP, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *10 passos para a boa governança.* Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <www.tcu.gov.br>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *Referencial básico de governança em políticas públicas.* Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <www.tcu.gov.br>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *Referencial avaliação da governança do centro do governo.* Brasília: TCU, 2014. Disponível em: <www.tcu.gov.br>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *10 passos para a boa gestão de riscos.* Brasília: TCU, 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda/ESAF. *Gestão democrática dos recursos públicos: Programa Nacional de Educação Fiscal.* 4. ed. rev. e atual. Brasília: ESAF, 2008. (Série Educação Fiscal. Caderno 4).

BRELAZ, Gabriela. *Advocacy das organizações da sociedade civil: principais descobertas de um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos.* XXXI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2007.

CAPELLA, Ana. *Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas*. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT19 – Políticas Públicas, 2005.

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego (org.). *Governança de TI: transformando a administração pública no Brasil*. Porto Alegre: **WS Editor**, 2010. p. 13-36.

COSTA, Danielle Martins Duarte. *Vinte anos de orçamento participativo: análise das experiências em municípios brasileiros*. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 15, n. 56, São Paulo, 2010.

DE TONI, Jackson. *Metodologias e técnicas de planejamento governamental revisitados*. In: **SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete** (org.). *Reflexões para Ibero-América: planejamento estratégico*. Brasília: **ENAP**, 2009. p. 55-70.

DROR, Yehezkel. *Mejoramiento de la capacidad para gobernar en América Latina*. Revista del CLAD Reforma y Democracia, n. 7, Caracas, 1997.

ETKIN, Jorge. *La capacidad de gobernar en organizaciones complejas: los acuerdos, la tensión creativa y tolerância a la diversidade*. Buenos Aires, s.d.

FOUNDATION, MacArthur. *Evidence-based policymaking: a guide for effective government*. Washington, DC: **MacArthur Foundation**, 2014.

GAROFANO, Rafael. *A consensualidade nos contratos administrativos: do regime estatutário para a parceria contratual*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GUSTAVO, Pinto; CÊPEDA, Vera. *Duas interpretações do planejamento, desenvolvimento e democracia no pensamento cepalino: Celso Furtado e José Medina Echavarría*. Santiago: **CEPAL/Nações Unidas**, 2014.

HUERTAS, Franco. *O método PES: entrevista com Carlos Matus*. São Paulo: **FUNDAP**, 1996.

JANNUZZI, Paulo M. *Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza*. Revista Estudos de Avaliação em Educação, São Paulo, v. 25, n. 58, maio/ago. 2014.

_____. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, abr./jun. 2005.

_____. *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: **Editora Alínea**, 2016.

KINGDON, John W. Como chega a hora de uma ideia? In: **SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete** (org.). *Políticas públicas – coletânea*. Brasília: **ENAP**, 2006. v. 1, p. 219-224.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *A ação pública abordada pelos seus instrumentos*. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 18, São Luís: Universidade do Maranhão, 2012.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da ação pública*. Maceió: **Editora da UFAL**, 2013.

LOTTA, Gabriela et al. *A coordenação federativa de políticas públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas*. Cadernos Gestão Pública, FGV-EAESP, v. 19, n. 64, 2014.

MARQUES, E. Governo, atores políticos e governança em políticas urbanas no Brasil e em São Paulo: conceitos para uma agenda de pesquisa futura. In: **MENICUCCI, T.; GONTIJO, J. G.** (org.). *Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais*. Rio de Janeiro: **Fiocruz**, 2016. p. 71-100.

MASSARDIER, Giles. Rede de políticas públicas. In: **SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete** (org.). *Políticas públicas: coletânea*. Brasília: **ENAP**, 2006. v. 2, p. 167-186.

MÁTTAR, Jorge; PERROTTI, Daniel (ed.). *Planificación, prospectiva y gestión pública: reflexiones para la agenda de desarrollo*. Santiago de Chile: **CEPAL**, 2014.

MOORE, Mark H. *Criando valor público: gestão estratégica no governo*. Rio de Janeiro: **Uniletras**; Brasília: **ENAP**, 2002.

NAIN, Moisés. *O fim do poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser*. São Paulo: **Leya**, 2013.

OECD. *Policy shaping and policy making: the governance of inclusive growth*. Paris: **OECD Publishing**, 2016.

OSTROM, Elinor. *Más allá de los mercados y los Estados: gobernanza policéntrica de sistemas económicos complejos*. Revista de Derecho Ambiental, Universidad de Palermo, s.d.

PAULA, Paula. *Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social*. Revista de Administração de Empresas – FGV, v. 45, n. 1, Rio de Janeiro, jan./mar. 2005.

PETERS, B. G.; PIERRE, John. *Governance without government? Rethinking public administration*. Journal of Public Administration Research and Theory, v. 8, n. 2, p. 223-243, 1998.

PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre. *Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais*. Revista de Sociologia Política, v. 24, n. 58, Curitiba, jun. 2016.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. *Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional*. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 54, n. 3, p. 259-305, Rio de Janeiro, 2011.

QUERUBIN, Cristina; DORADO, Diego. *El funcionamiento del alto gobierno en Colombia*. Nota Técnica s/n, Washington: IDB, 2013.

RUA, Maria. *Teoria de redes de políticas públicas*. Aula expositiva no IGEPP-FGV, São Paulo, s.d.

SÁNCHEZ, Ernesto; FLORES, Pablo. *El funcionamiento del alto gobierno en México*. Nota Técnica s/n, Washington: IDB, 2013.

NEVES, Arminda; ZORRINHO, Carlos. *O funcionamento do alto governo em Portugal*. Nota Técnica s/n. Washington: IDB, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). *10 passos para a boa gestão de riscos*. Brasília: Ed. TCU, 2018.

DE TONI, Jackson. Metodologias e técnicas de planejamento governamental revisitados. In: **SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete** (org.). *Reflexões para Ibero-América: planejamento estratégico*. Brasília: ENAP, 2009. p. 55-70.

FOUNDATION, MacArthur. *Evidence-based policymaking: a guide for effective government*. Washington, DC: **MacArthur Foundation**, 2014.

JANNUZZI, Paulo M. *Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza*. Revista Estudos de Avaliação em Educação, São Paulo, v. 25, n. 58, maio/ago. 2014.

_____. *Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil*. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, abr./jun. 2005.

_____. *Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas*. Campinas: **Editora Alínea**, 2016.

WESSELINK, Anna; COLEBATCH, Hal. *Evidence and policy: discourses, meaning and practices*. Policy Sciences, New York, dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Fazenda/ESAF. *Gestão democrática dos recursos públicos: Programa Nacional de Educação Fiscal*. 4. ed. rev. e atual. Brasília: **ESAF**, 2008. (Série Educação Fiscal. Caderno 4).

CARDOSO, J. Celso. Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: balanço da experiência federal e desafios no séc. XXI. In: **CARDOSO Jr., José Celso; GARCIA, Ronaldo Coutinho** (org.). *Planejamento estratégico governamental em contexto democrático: lições da América Latina*. Brasília: **ENAP**, 2014. p. 29-52.

_____. Política e planejamento no Brasil: balanço histórico e propostas ao Plano Plurianual 2020-2023. In: **CARDOSO Jr., José Celso** (org.). *Planejamento Brasil século XXI: inovação institucional e refundação administrativa – elementos para o pensar e o agir*. Brasília: **IPEA**, 2015.

DE TONI, Jackson. A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas. *Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento – RBPO*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 4-20, 2014.

FURTADO, Fabrina et al. O espaço, o tempo e a reprodução das relações sociais. Trabalho de fim de disciplina – Prof. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. Rio de Janeiro: **UFRJ/IPPUR**, s.d.

GONTIJO, Vander; GREGGIANIN, Eugênio; HELENA, Eber Z. S.; NOGUEIRA, Liliane. Emendas parlamentares, orçamento impositivo e gestão participativa. *Cadernos ASLEGIS*, Brasília, n. 50, set./dez. 2014.

MARCIAL, Elaine; GRUMBACH, Raul J. S. *Cenários prospectivos*. 5. ed. Rio de Janeiro: **FGV**, 2008.

PAULO, Luiz. *Plano plurianual: teoria, prática e desafios à sua efetividade*. Curitiba: **Ed. Juruá**, 2016.

PORTUGAL. Ministério do Equipamento, do Planejamento e da Administração do Território. *Prospectiva e cenários: uma breve introdução metodológica*. Lisboa, 1997.

D 9. Orçamento e Finanças Públicas

Bibliografia Básica

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 16. ed. São Paulo: **Atlas**, 2012.

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. *Gestão de finanças públicas*. Brasília, 2014.

Bibliografia Complementar

SILVA, Ana Célia L.; SOUSA, Cassiana M. O orçamento por resultados como ferramenta da gestão para resultados: o caso piloto no Governo do Estado de São Paulo. VI Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, abr. 2013.

SANTOS, Rita C. L. F. O impacto de decisões orçamentárias na conformação de eventos sociais: um programa de pesquisas a partir da investigação de bases de dados do orçamento. In: **VAZ, Flávio Tonelli; MARTINS, Floriano José (org.).** *Orçamento e políticas públicas: condicionantes e externalidades*. Brasília: **Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social**, 2011. p. 13-29.

GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (org.). *Coletânea de planejamento e orçamento governamental*. Brasília: **ENAP**, 2006. v. 1 e 2.

D 10. Gestão Estratégica de Pessoas

Bibliografia Básica

CAMÕES, M. R. S. Inovação e gestão de pessoas no setor público: necessidade de novos olhares. Anais do X Congresso CONSAD de Gestão Pública, Brasília, 2017.

COSTA, F. L. História das reformas administrativas no Brasil: narrativas, teorizações e representações. *Revista do Serviço Público*, v. 59, n. 3, p. 271-288, 2008.

FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In: **FLEURY, Maria Tereza Leme (org.).** *As pessoas na organização*. São Paulo: **Ed. Gente**, 2002.

OCDE. *Avaliação da gestão de recursos humanos no governo – relatório da OCDE*. Paris: **Éditions OCDE**, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). *Relatório de governança e gestão de pessoas da Administração Pública Federal*. Brasília: **TCU**, 2017.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *A decade of civil service reforms in Latin America (2004–13)*. Washington, DC: **IDB**, 2014.

CAMÕES, M. R. S.; MENESES, P. Gestão de pessoas no Governo Federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal. *Caderno ENAP*, n. 45, Brasília, 2017.

CAPUANO, E. A. Gestão por competências no setor público: experiências de países avançados e lições para o Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 66, n. 3, p. 371-394, jul./set. 2015.

OCDE. *The innovation imperative in the public sector: setting an agenda for action.* Paris: **OECD Publishing**, 2015.

BENDASOLLI, P. F. Desempenho no trabalho: revisão da literatura. *Psicologia Argumento*, v. 30, n. 68, 2012.

FONSECA, D. R. Autonomia de unidades de gestão de pessoas para desempenho das atividades estratégicas de capacitação na administração pública federal. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PANTOJA, M. J.; GERVASIO, L. P.; ALMEIDA, C. A. Como integrar a gestão por competências e a gestão do conhecimento para um novo modelo de educação no Ministério Público Brasileiro? *Revista da Corregedoria Nacional – Atuação do Ministério Público Brasileiro na área de Evolução Humana e Qualidade de Vida*, v. VI, 2018.

Bibliografia Complementar

BERGUE, S. T. *Gestão estratégica de pessoas no setor público.* São Paulo: **Atlas**, 2014.

BERTONCINI, I.; CUNHA, C. J. C. A. Liderança no setor público brasileiro: o estado da arte. Anais do I Congresso Internacional de Desempenho no Setor Público – CIDESP, Florianópolis, 2017.

CARMO, L. J. O.; ASSIS, L. B.; MARTINS, M. G.; SALDANHA, C. C. T.; GOMES, P. A. Gestão estratégica no setor público: percepções de gestores e funcionários acerca de seus e possibilidades em uma autarquia federal. *Revista do Serviço Público*, v. 69, n. 2, 2018.

CAVALCANTE, P.; CARVALHO, P. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 1-26, jan./fev. 2016.

LONGO, F. *Mérito e flexibilidade: a gestão de pessoas no setor público.* São Paulo: **FUNDAP**, 2007.

FERREIRA, M. C.; FERREIRA, R. R.; LIMA, I. M.; FUGUEIRA, T. G.; MORGANTTI, P. A. O. (org.). *Qualidade de vida no trabalho (QVT) no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): diagnóstico, política e programa.* Brasília: **Editora Paralelo 15**, 2017.

KLERING, L. R.; PORSE, M. de C. S.; GUADAGNIN, L. A. Novos caminhos da administração pública brasileira. *Análise*, v. 21, n. 1, p. 4-17, 2010.

SCHIKMANN, R. Gestão de pessoas no serviço público. In: **PANTOJA, M. J.; CAMÕES, M. R. S.; BERGUE, S. T.** (org.). *Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público*. Brasília: **ENAP**, 2010. p. 12-28.

TEIXEIRA, H. J.; SALOMÃO, S. Visão sistêmica e gestão de pessoas. In: **TEIXEIRA, H. J.; BASSOTI, I. M.; SANTOS, T. S.** (org.). *Contribuições para a gestão de pessoas na administração pública*. São Paulo: **FIA/USP**, 2013. p. 29-63.

D 11. Gestão da Tecnologia da Informação e Governo

Bibliografia Básica

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa TIC – Governo Eletrônico*. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://www.cgi.br/>>.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa TIC – Domicílios*. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://www.cgi.br/>>.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa TIC – Educação*. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://www.cgi.br/>>.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa TIC – Saúde*. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2015. Disponível em: <<https://www.cgi.br/>>.

CUNHA, M. A.; MIRANDA, M. M. de. A pesquisa no uso e implicações sociais das tecnologias da informação e comunicação pelos governos no Brasil: uma proposta de agenda a partir de reflexões da prática e da produção acadêmica nacional. *Organizações & Sociedade – O&S*, v. 20, n. 66, p. 543-566, 2013.

Bibliografia Complementar

AINSWORTH, S.; HARDY, C.; HARLEY, B. Online consultation: e-democracy and e-resistance in the case of the development gateway. *Management Communication Quarterly*, v. 10, n. 1, p. 120-145, 2005.

ÅSTRÖM, J.; KARLSSON, M.; LINDE, J.; PIRANNEJAD, A. Understanding the rise of e-participation in non-democracies: domestic and international factors. *Government Information Quarterly*, v. 29, p. 142-150, 2012. doi:10.1016/j.giq.2011.09.008.

ATTARD, J.; ORLANDI, F.; SCERRI, S.; AUER, S. A systematic review of open government data initiatives. *Government Information Quarterly*, v. 32, p. 399-418, 2015.

BANNISTER, F.; CONNOLLY, R. Forward to the past: lessons for the future of e-government from the story so far. *Information Polity*, v. 17, p. 211-226, 2012.

BANNISTER, F.; CONNOLLY, R. ICT, public values and transformative government: a framework and programme for research. *Government Information Quarterly*, v. 31, p. 119-128, 2014.

BERTOT, J. C.; JAEGER, P. T.; GRIMES, J. M. Using ICTs to create a culture of transparency: e-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government Information Quarterly*, v. 27, p. 264-271, 2010.

BERTOT, J.; ESTEVEZ, E.; JANOWSKI, T. Universal and contextualized public services: digital public service innovation framework. *Government Information Quarterly*, v. 33, p. 211-222, 2016.

BIRCHALL, C. Radical transparency? *Cultural Studies – Critical Methodologies (CSCM)*, v. 4, n. 1, p. 77-88, 2014.

CHATFIELD, A. T.; SCHOLL, H. J.; BRAJAWIDAGDA, U. Tsunami early warnings via Twitter in government: net-savvy citizens' co-production of time-critical public information services. *Government Information Quarterly*, v. 30, p. 377-386, 2013.

CHOURABI, H.; NAM, T.; WALKER, S.; GIL-GARCIA, J. R.; MELLOULI, S.; NAHON, K.; PARDO, T. A.; SCHOLL, H. J. Understanding smart cities: an integrative framework. In: *Proceedings of the 45th Hawaii International Conference on System Science (HICSS)*, Honolulu, HI, USA, 2012.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. *Pesquisa Kids Online*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. Disponível em: <<https://www.cgi.br/>>.

CONRADIE, P.; CHOENNI, S. On the barriers for local government releasing open data. *Government Information Quarterly*, v. 31, p. S10-S17, 2014.

CORDELLA, A.; BONINA, C. M. A public value perspective for ICT enabled public sector reforms: a theoretical reflection. *Government Information Quarterly*, v. 29, p. 512-520, 2012.

CRIADO, J. I.; SANDOVAL-ALMAZAN, R.; GIL-GARCÍA, J. R. Government innovation through social media. *Government Information Quarterly*, v. 30, p. 319-326, 2013.

CUNHA, M. A.; MIRANDA, M. M. de. A pesquisa no uso e implicações sociais das tecnologias da informação e comunicação pelos governos no Brasil: uma proposta de agenda a partir de reflexões da prática e da produção acadêmica nacional. *Organizações & Sociedade – O&S*, v. 20, n. 66, p. 543-566, 2013.

DAWES, S. S. Stewardship and usefulness: policy principles for information-based transparency. *Government Information Quarterly*, v. 27, p. 377-383, 2010.

DAWES, S. S.; HELBIG, N. Information strategies for open government: challenges and prospects for deriving public value from government transparency. In: **WIMMER, M. A. et al.** (ed.). *Electronic Government: Lecture Notes in Computer Science*. Berlin: Springer, 2010. LNCS 6228, p. 50-60.

GAETANI, F. Estratégia e gestão de mudanças nas políticas de gestão pública. In: **LEVY; DRAGO** (org.). *Gestão pública no Brasil contemporâneo*. São Paulo: **Edições FUNDAP**, 2005.

GIL-GARCIA, J. R.; HELBIG, N.; OJO, A. Being smart: emerging technologies and innovation in the public sector. *Government Information Quarterly*, v. 31, p. 11-18, 2014.

GONZALEZ-ZAPATA, F.; HEEKS, R. The multiple meanings of open government data: understanding different stakeholders and their perspectives. *Government Information Quarterly*, v. 32, p. 441-452, 2015.

GRÖNLUND, Å. State of the art in e-Gov research: surveying conference publications. *International Journal of Electronic Government Research*, v. 1, n. 4, p. 1-25, 2005.

GRÖNLUND, Å. Ten years of e-government: the 'end of history' and new beginning. In: *Proceedings of 9th International Conference on Electronic Government, EGOV 2010*. Berlin: Springer LNCS 6228, p. 13-24, 2010.

GRÖNLUND, Å.; HORAN, T. A. Introducing e-gov: history, definitions, and issues. *Communications of the Association for Information Systems*, v. 15, p. 713-729, 2004.

HARRISON, T. M. et al. Open government and e-government: democratic challenges from a public value perspective. *Information Polity*, v. 17, p. 83-97, 2012.

JAEGER, P. T.; BERTOT, J. C. Transparency and technological change: ensuring equal and sustained public access to government information. *Government Information Quarterly*, v. 27, p. 371-376, 2010.

KANASHIRO, M. M. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation, and the new meanings of security. *Surveillance & Society*, v. 5, n. 3, p. 270-289, 2008.

KANTER, R. M.; LITOW, S. S. Informed and interconnected: a manifesto for smarter cities. *Harvard Business School General Management Unit Working Paper*, n. 09-141, 2009. Disponível em: <<http://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/09-141.pdf>>.

KLEIN, R. H.; LUCIANO, E. M.; MACADAR, M. A. Grau de transparência de dados abertos governamentais do site dados.rs.gov.br. . *Revista Economia & Gestão*, v. 15, p. 256, 2015.

KOHLBORN, T. Quality assessment of service bundles for governmental one-stop portals: a literature review. *Government Information Quarterly*, v. 31, p. 221-228, 2014.

LAIA, M. M. de et al. Electronic government policies in Brazil: context, ICT management and outcomes. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 51, n. 1, jan./fev. 2011.

LARSSON, H.; GRÖNLUND, Å. Future-oriented eGovernance: the sustainability concept in eGov research, and ways forward. *Government Information Quarterly*, v. 31, n. 1, p. 137-149, jan. 2014.

LEE, G.; KWAK, Y. H. An open government maturity model for social media-based public engagement. *Government Information Quarterly*, v. 29, p. 492-503, 2012.

LINDGREN, I.; JANSSON, G. Electronic services in the public sector: a conceptual framework. *Government Information Quarterly*, v. 30, p. 163-172, 2013.

LINDSKOG, H. Smart communities initiatives. In: *Proceedings of the 3rd ISOneWorld Conference*, Las Vegas, 2004.

LOURENÇO, R. P. Data disclosure and transparency for accountability: a strategy and case analysis. *Information Polity*, v. 18, p. 243-260, 2013.

LUCIANO, E. M.; MACADAR, M. A. Governança de TIC em organizações públicas. In: *TIC Governo Eletrônico 2015*. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2016. p. 55-63.

LUCIANO, E. M.; MACADAR, M. A.; WIEDENHOFT, G. Utilização de teorias em pesquisas na área de administração da informação no Brasil: reflexões iniciais. *Revista Eletrônica de Sistemas de Informação – RESI*, v. 14, p. 1, 2015.

LUCIANO, E. M.; WIEDENHOFT, G.; MACADAR, M. A. Em busca de um maior rigor conceitual nos estudos sobre governança de tecnologia da informação. *Revista Latinoamericana y del Caribe de la Asociación de Sistemas de Información – RELCASI*, v. 7, p. 9-26, 2015.

LUCIANO, E. M.; WIEDENHOFT, G.; MACADAR, M. A.; SANTOS, F. P. Information technology governance adoption: understanding its expectations through the lens of organizational citizenship. *International Journal on IT/Business Alignment and Governance*, v. 7, p. 22-32, 2016.

MACADAR, M. A.; LHEUREUX-DE-FREITAS, J.; AZAMBUJA, L. S.; LUCIANO, E. M. Contact center in a smart cities view: a comparative case study of Curitiba (Brazil), Porto Alegre (Brazil) and Philadelphia (USA). In: *Proceedings of the 9th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance – ICEGOV*, Montevideo, 2016.

MACADAR, M. A.; LHEUREUX-DE-FREITAS, J.; MOREIRA, C. R. Transparência como elemento fundamental em governo eletrônico: uma abordagem institucional. *Revista Gestão & Tecnologia*, v. 15, p. 78-100, 2015.

MACADAR, M. A.; PORTO, J. B.; LUCIANO, E. M. Smart city: a rigorous literature review of the concept from 2000 to 2015. In: *Proceedings of the 15th IFIP Electronic Government (EGOV) and 8th Electronic Participation (ePart) Conference*, Guimarães, 2016.

MACINTOSH, A. Characterizing e-participation in policy-making. In: *Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences*, Honolulu, HI, USA, 2004.

MACINTOSH, A. Challenges and barriers of eParticipation in Europe? Mendeley, 2007. Disponível em: <<http://www.sweden.gov.se/content/1/c6/08/49/42/9d411e53.pdf>>.

MAGGIOLINI, P. Computer ethics: um aprofundamento. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, 2014.

MARGETTS, H. Governo eletrônico, uma revolução na administração pública? In: **PETERS, B. G.; PIERRE, J. (org.).** *Administração pública: coletânea*. São Paulo; Brasília: UNESP; ENAP, 2010. 649 p. ISBN 9788539300433.

MEDAGLIA, R. eParticipation research: moving characterization forward (2006–2011). *Government Information Quarterly*, v. 29, p. 346-360, 2012.

MERGEL, I. A framework for interpreting social media interactions in the public sector. *Government Information Quarterly*, v. 30, p. 327-334, 2013.

NAM, T.; PARDO, T. A. Conceptualizing smart city with dimensions of technology, people, and institutions. In: *Proceedings of the 12th Annual International Conference on Digital Government Research – Dg.o’11*, College Park, MD, USA, 2011.

OSBORNE, S. P.; RADNOR, Z.; STROKOSCH, K. Co-production and the co-creation of value in public services: a suitable case for treatment? *Public Management Review*, 2016.

PASKALEVA, K. Enabling the smart city: the progress of city e-governance in Europe. *International Journal of Innovation and Regional Development*, v. 1, n. 4, p. 405-422, 2009.

PEREIRA, G. V.; MACADAR, M. A.; TESTA, M. G. A sociotechnical approach of eGovernment in developing countries. *International Journal of Systems and Society – IJSS*, v. 3, n. 1, p. 67-79, 2016.

PEREIRA, G. V.; MACADAR, M. A.; LUCIANO, E. M.; TESTA, M. G. Delivering public value through open government data initiatives in a smart city context. *Information Systems Frontiers*, v. x, p. 1-17, 2016.

PEREIRA, G. V.; MACADAR, M. A.; TESTA, M. G. A framework for understanding smart city governance as a sociotechnical system. In: *Proceedings of the 9th International Conference on Theory and Practice of Electronic Governance – ICEGOV*, Montevideo, 2016.

PEREIRA, G. V.; MACADAR, M. A.; TESTA, M. G. Delivery of public value to multiple stakeholders through open government data platforms. In: *Electronic Government and Electronic Participation: Joint Proceedings of Ongoing Research, PhD Papers, Posters and Workshops of IFIP EGOV and EPart*, IOS Press, 2015. p. 91.

PINHO, J. A. G. Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, Internet e democracia na realidade brasileira. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 51, n. 1, jan./fev. 2011.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. *Revista de Administração Pública – RAP*, v. 42, n. 3, p. 471-493, 2008.

PORUMBESCU, G. A. Linking public sector social media and e-government website use to trust in government. *Government Information Quarterly*, v. 33, p. 291-304, 2016.

POZZEBON, M.; CUNHA, M. A.; COELHO, T. R. Making sense to decreasing citizen eParticipation through a social representation lens. *Information and Organization*, v. 26, p. 84-99, 2016.

PRZEYBILOVICZ, E.; CUNHA, M. A.; QUANDT, C. O. O perfil dos municípios brasileiros em relação ao uso e à infraestrutura de TIC: uma análise dos clusters. In: *Anais do XXXVIII ENANPAD – Encontro da ANPAD*, Rio de Janeiro: **ANPAD**, 2014. v. 1, p. 1-16.

PRZEYBILOVICZ, E.; VIEIRA, W.; CUNHA, M. A. Profile of the municipalities of Paraná State, Brazil, concerning ICT infrastructure and use: a cluster analysis. In: *Proceedings of the 15th Annual International Conference on Digital Government Research – DG.O*, 2014.

RIBEIRO, M. M. Como o governo eletrônico pode aumentar a transparência das compras governamentais? In: *Congresso CONSAD de Gestão Pública*, Brasília, 2008.

RIBEIRO, M. M. Monitoramento de políticas públicas de governo eletrônico. In: *Congresso CONSAD de Gestão Pública*, VI, Brasília, abr. 2013.

ROSE, J.; GRÖNLUND, Å.; ANDERSEN, K. V. What is eParticipation? In: **AVDIC, A.; HEDSTRÖM, K.; ROSE, J.; GRÖNLUND, Å.** (ed.). *Understanding eParticipation:*

contemporary PhD eParticipation studies in Europe. Sweden: **Örebro University Library**, 2007.

ROWLEY, J. E. An analysis of the e-service literature: towards a research agenda. *Internet Research*, v. 16, n. 3, p. 339-359, 2006.

ROWLEY, J. e-Government stakeholders—Who are they and what do they want? *International Journal of Information Management*, v. 31, p. 53-62, 2011.

SÆBØ, Ø.; FLAK, L. S.; SEIN, M. K. Understanding the dynamics in e-Participation initiatives: looking through the genre and stakeholder lenses. *Government Information Quarterly*, v. 28, p. 416-425, 2011.

SÆBØ, Ø.; ROSE, J.; FLAK, L. S. The shape of eParticipation: characterizing an emerging research area. *Government Information Quarterly*, v. 25, p. 400-428, 2008.

SAVOLDELLI, A.; CODAGNONE, C.; MISURACA, G. Understanding the e-government paradox: learning from literature and practice on barriers to adoption. *Government Information Quarterly*, v. 31, p. S63-S71, 2014.

SCHOLL, H. J. Five trends that matter: challenges to 21st century electronic government. *Information Polity*, v. 17, p. 317-327, 2012.

SHORTLIFFE, E. H. A evolução acadêmica da informática biomédica: pesquisa, ensino e prática. In: **COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL**. *Pesquisa TIC – Saúde*. São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2014. p. 51-58. Disponível em: <<http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/tic-saude-2013.pdf>>.

SILVA, R. L. da; RUE, A. de la; LETÍCIA. O acesso à informação pública por meio de portais como instrumento para a democratização do poder judiciário: análise comparativa nos países do Mercosul. 2013.

SOBACI, M. Z.; KARKIN, N. The use of Twitter by mayors in Turkey: tweets for better public services? *Government Information Quarterly*, v. 30, p. 417-425, 2013.

SUSHA, I.; GRÖNLUND, Å. eParticipation research: systematizing the field. *Government Information Quarterly*, v. 29, n. 3, p. 373-382, 2012.

SUSHA, I.; ZUIDERWIJK, A.; CHARALABIDIS, Y.; PARYCEK, P.; JANSSEN, M. Critical factors for open data publication and use: a comparison of city-level, regional, and transnational cases. *JeDEM*, v. 7, n. 2, p. 94-115, 2015.

SUSHA, I.; ZUIDERWIJK, A.; JANSSEN, M.; GRÖNLUND, Å. Benchmarks for evaluating the progress of open data adoption: usage, limitations, and lessons learned. *Social Science Computer Review*, v. 33, n. 5, p. 613-630, 2015.

UNITED NATIONS. *E-Government Survey 2014 – E-government for the future we want.* New York: **United Nations**, 2014.

UNITED NATIONS. *E-Government Survey 2016 – E-government in support of sustainable development.* New York: **United Nations**, 2016. Disponível em: [<https://publicadministration.desa.un.org/>](https://publicadministration.desa.un.org/).

VOSGERAU, D. S. R.; ROSSARI, M. Repensando o projeto político pedagógico para a integração das tecnologias no contexto escolar. In: **COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa TIC – Educação.** São Paulo: **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 2014. p. 51-58.

WEILL, P.; ROSS, J. W. *Governança de TI: como as empresas com melhor desempenho administram os direitos decisórios de TI na busca por resultados superiores.* São Paulo: **M. Books do Brasil LTDA**, 2006. 274 p. Capítulos 1, 2 e 7 – Organizações governamentais e sem fins lucrativos.

YILDIZ, M. E-government research: reviewing the literature, limitations, and ways forward. *Government Information Quarterly*, v. 24, p. 646-665, 2007.

ZHENG, L. Social media in Chinese government: drivers, challenges and capabilities. *Government Information Quarterly*, v. 30, p. 369-376, 2013.

ZUIDERWIJK, A.; JANSSEN, M. Open data policies, their implementation and impact: a framework for comparison. *Government Information Quarterly*, v. 31, p. 17-29, 2014.

D12. Arquitetura e Desempenho Organizacional

Bibliografia Básica

PELTOLA, S. (ed.). *Wicked world – the spirit of wicked problems in the field of higher education.* Series B Research and Reports, n. 107. Kotka: **Kymenlaakso University of Applied Sciences**, 2013.

GONÇALVES, J. E. L. Processo, que processo? *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 1, n. 2, ago./out. 2002.

SILVA, P. R. da. Teoria das organizações e os modelos organizacionais. Parte I, cap. 1. Disponível em: https://www.academia.edu/3098740/A_Teoria_das_Organiza%C3%A7%C3%B5es_e_os_Modelos_Organizacionais.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *Revista de Administração de*

Empresas – RAE, v. 45, n. 2. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/viewFile/37123/35894>>.

DUARTE, D. V.; TAVARES, B. Institucionalismo e determinações governamentais: evidências de isomorfismo em empresas de base tecnológica. In: *Encontro de Administração Pública e Governo – ANPAD*, Salvador, 18-20 nov. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_EnAPG211.pdf>.

MARINI, C. Gestão de pessoas e a abordagem do governo matricial: o papel das escolas de governo no alinhamento estratégico da arquitetura governamental. In: *IX CLAD – Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública*, Madrid, 2004.

MARINI, C.; MARTINS, H. Um modelo de gestão governamental para resultados. Documento apresentado no *I Seminário Administração Pública: Análise Contextual e Propostas de Modernização*. Câmara dos Deputados, Brasília, 2005.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. *Nudge – o empurrão para a escolha certa*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Bibliografia Complementar

RITTEL, H. W. J.; WEBBER, M. M. Dilemmas in a general theory of planning. *Policy Sciences*, v. 4, p. 155-169, 1973.

MARCH, J. G.; SIMON, H. Limites cognitivos da racionalidade. In: *Teoria das organizações*. Rio de Janeiro: **Fundação Getúlio Vargas**, 1967.

KOLKO, J. *Wicked problems: problems worth solving. A handbook & a call for action*. Austin: **AC4D, Austin Center for Design**, 2012.

D 13. Gestão de Projetos

Bibliografia Básica

AXELOS. *Managing successful projects with PRINCE2*. 6. ed. [S.l.]: **Axelos Globals Best Practices**, 2017.

INTERNATIONAL PROJECT MANAGEMENT ASSOCIATION (IPMA). *Competence baseline*. 3. ed. [S.l.]: **IPMA**, 2006.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). *The standard for portfolio management*. 3. ed. [S.l.]: [s.n.], 2013.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). *Guia do conhecimento em gerenciamento de projetos – PMBOK®*. 6. ed. [S.l.]: [s.n.], 2017a.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). *The standard for portfolio management*. 4. ed. [S.l.]: Project Management Institute, Inc., 2017b.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). *Guia ágil*. [S.l.]: [s.n.], 2017c.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (PMI). *Benefits realization management: a practice guide*. [S.l.]: Project Management Institute, 2019.

Bibliografia Complementar

APMG INTERNATIONAL. *Managing benefits*. 2. ed. [S.l.]: [s.n.], 2014.

ARCHIBALD, R. D.; ARCHIBALD, S. C. *Leading and managing innovation: what every executive team must know about project, program, and portfolio management*. 2. ed. [S.l.]: [s.n.], 2016.

BRASIL. *Metodologia de gerenciamento de projetos do SISP*. Brasília: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://www.sisp.gov.br/mgpsisp/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. *Sumário executivo da estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social*. Brasília: [s.n.], 2017.

BRASIL. *Manual técnico do Plano Plurianual do Governo Federal*. Brasília: [s.n.], 2019.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF BUSINESS ANALYSIS (IIBA). *The guide to the business analysis body of knowledge – BABOK*. [S.l.]: [s.n.], 2008.

RAMANI, S. *Improving business performance: a project portfolio management approach*. [S.l.]: CRC Press, 2016.

RIBEIRO, W. L.; VIEIRA, H. R. *Canvas de projeto: como transformar ideias em projetos*. São Paulo: Riemma Editora, 2018.

WYSOCKI, R. K. *Effective project management: traditional, agile, extreme, hybrid*. 8. ed. Indianapolis: John Wiley & Sons, Inc., 2019.

ZANDHUIS, A.; STELLINGWERF, R. *ISO 21500: guidance on project management – a pocket guide*. [S.l.]: Van Haren Publishing, 2013.

D 14. Gestão por Processos

Bibliografia Básica

CAMPBELL, A. Two tools that help to link process with strategy. Disponível em: <<http://www.bpminstitute.org/resources/articles/two-tools-help-link-processes-strategy>>.

INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Curso de mapeamento de processos de trabalho com BPMN e Bizagi. Anexo 02 – MF – Modelo de fluxograma – Revisão 03.* Brasília, jan. 2013.

DAVENPORT, T. The coming commoditization of process. *Harvard Business Review*, v. 83, n. 6, p. 100-108, 2005. Disponível em: <<https://hbr.org/2005/06/the-coming-commoditization-of-processes>>.

EVANGELISTA, W. G.; NETO, J. S. Modelo de avaliação da capacidade das organizações da administração pública federal para a adoção de software as a service (SAAS) público. *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1477>>.

FALCONI, V. *O verdadeiro poder.* Nova Lima: **INDG Tecnologia e Serviços Ltda**, 2009. Cap. 2: Fatores que garantem resultados.

FERNANDES, C. A organização da área de compras e contratações na administração pública federal brasileira: o elo frágil. *Revista do Serviço Público*, v. 67, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/672>>.

FERRO, J. R. Lean na gestão pública: o caso Melbourne. *Revista Época Negócios*, 26 ago. 2014. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/08/lean-na-gestao-publica-o-caso-melbourne.html>>.

GONÇALVES, J. E. L. Processo, que processo? *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 40, n. 4, p. 8-19, out./dez. 2000.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). *Manual de gestão por processos.* Brasília, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO GOVERNO DE GOIÁS. *Manual de otimização de processos.* Versão 9. Goiânia, [s.d.].

PRIOLO, R. Rethinking local government: how an English council transformed itself with lean thinking. Disponível em: <<https://www.planet-lean.com/>>.

PRIOLO, R.; JONES, D. How to transform your hospital using lean. Disponível em: <<https://www.planet-lean.com/>>

SMALLEY, A.; MANN, D. O pensamento lean e a natureza humana. Disponível em: <<https://www.planet-lean.com/>>

SUTHERLAND, J. *Scrum: a arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo*. 2. ed. São Paulo: **Leya**, 2016. Cap. 1: A maneira como o mundo funciona está errada.

TAKEUCHI, N.; NONAKA, I. *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. São Paulo: **Elsevier**, 1997.

WANG, M. H.; WANG, H. Q. From process logic to business logic: a cognitive approach to business process management. *Information & Management*, v. 43, n. 2, p. 179-193, 2006.

Bibliografia Complementar

CURTICE, R. M. Fundamentals of process management: best practices in optimizing cross-functional business processes. *White Paper Performance Improvement Associates*, 2003.

DAVENPORT, T. *Reengenharia de processos*. 5. ed. Rio de Janeiro: **Campus**, 1994.

GIANESI, I. G. N.; CORRÊA, H. L. *Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente*. São Paulo: **Atlas**, 1996.

GRAHAN, M.; LE BARON, M. *The horizontal revolution: reengineering your organization through teams*. 1. ed. São Francisco: **Jossey-Bass Management**, 1994. 303 p.

HAMMER, M. A empresa voltada para processos. *HSM Management*, v. 9, n. 2, 1998.

HARMON, P. *Business process change: a manager's guide to improving, redesigning, and automating processes*. São Francisco: **Morgan Kaufmann Publishing**, 2003.

HARMON, P. *Business process change: a guide for business managers and BPM and Six Sigma professionals*. 2. ed. San Francisco: **Morgan Kaufmann**, 2007.

KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M. G. *Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas*. São Paulo: **Atlas**, 2016.

KOHLBACHER, M. The effects of process orientation: a literature review. *Business Process Management Journal*, v. 16, n. 1, p. 135-152, 2010.

KUMAR, V. et al. Alternative perspectives on service quality and customer satisfaction: the role of BPM. *International Journal of Service Industry Management*, v. 19, n. 2, p. 176-187, 2008.

LIKER, J.; CONVIS, G. *O modelo Toyota de liderança lean*. Porto Alegre: **Bookman**, 2013. 296 p.

MATIAS-PEREIRA, J. *Manual de gestão pública contemporânea*. 6. ed. São Paulo: **Atlas**, 2010. 319 p.

MINTZBERG, H. Administrando governos, governando administradores. *Revista do Serviço Público*, n. 4, p. 151-165, Brasília: **ENAP**, out./dez. 1998.

MUCKENBERGER, E.; TOGASHI, G. B.; PADUA, S. I. D.; MIURA, I. K. Gestão de processos aplicada à realização de convênios internacionais bilaterais em uma instituição de ensino superior pública brasileira. *Produção*, v. 23, n. 3, p. 637-651, 2013. Epub 26 out. 2012.

NONAKA, I.; KONNO, N. The concept of “Ba”: building a foundation for knowledge creation. *California Management Review*, v. 40, n. 3, p. 40-54, 1998.

RECKER, J. Opportunities and constraints: the current struggle with BPMN. *Business Process Management Journal*, v. 16, n. 1, p. 181-201, 2010.

SCHULZ, K. A.; OKLOWSKA, M. E. Facilitating cross-organisational workflows with a workflow view approach. *Data and Knowledge Engineering*, v. 51, n. 1, p. 109-147, 2004.

SKRINJAR, R.; TRKMAN, P. Increasing process orientation with business process management: critical practices. *International Journal of Information Management*, v. 33, p. 48-60, 2013.

SCHWABER, K.; SUTHERLAND, J. Um guia definitivo para o SCRUM: as regras do jogo. Trad. Fábio Cruz. Jul. 2013. Disponível em:
<[https://www.scrum.org/Portals/0/Documents/Scrum
Guides/2013/Scrum-Guide-Portuguese-BR.pdf](https://www.scrum.org/Portals/0/Documents/Scrum%20Guides/2013/Scrum-Guide-Portuguese-BR.pdf)>.

TAPPING, D.; SHUKER, T. *Lean office: gerenciamento do fluxo de valor para áreas administrativas*. São Paulo: **Hemus**, 2010. 186 p.

TROSA, S. *Gestão pública por resultados: quando o Estado se compromete*. Rio de Janeiro: **Revan**; Brasília: **ENAP**, 2010. 310 p.

WOMACK, J. P.; JONES, D. T. *Lean thinking*. 2. ed. Nova Iorque: **Simon & Schuster, Inc.**, 2003. 397 p.

ZAIRI, M. Business process management: a boundaryless approach to modern competitiveness. *Business Process Management Journal*, v. 3, n. 1, p. 64-80, 1997. doi:10.1108/14637159710161585.

D15. Metodologia de Pesquisa

Bibliografia Básica

KOHLSDORF, N. *Apostila de metodologia de pesquisa: 1º e 2º módulos*. Brasília: **ENAP**, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Norma brasileira ABNT NBR 15287: informação e documentação – projeto de pesquisa – apresentação*. Rio de Janeiro: **ABNT**, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Norma brasileira ABNT NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração*. Rio de Janeiro: **ABNT**, 2002.

Bibliografia Complementar

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: **Atlas**, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: **Atlas**, 2010.

D 16. Práticas de Gestão Pública

Bibliografia Básica

Como indicado no programa, esta disciplina utiliza integralmente as referências adotadas em todas as disciplinas anteriores. Assim, sua bibliografia corresponde à totalidade da bibliografia básica e complementar das disciplinas.

BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA:

Conjunto das referências utilizadas nas disciplinas desta especialização, conforme listadas nas respectivas seções de Bibliografia Básica e Complementar.

